

# Sarney busca fórmula para convocar Constituinte

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney já determinou a seus assessores um estudo sobre a fórmula mais aceitável para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte devido ineditismo do fato, considerado pelo Conselho Político como sem antecedentes na história do País, por não ter ocorrido a ruptura do sistema constitucional.

Diante desta dificuldade, o Presidente da República, segundo informou ontem o Líder do PFL, Senador Carlos Chiarelli, deseja conquistar um amplo respaldo da sociedade e dos partidos, que se configuraria definitivamente com a formulação do pacto político.

De acordo com Chiarelli, Sarney enviará ao Congresso a mensagem de convocação da Constituinte na última semana de junho, aproveitando até lá para acelerar o processo de aproximação com todos os partidos.

O Líder, no entanto, não descartou a possibilidade de Sarney enviar a mensagem somente na primeira semana de agosto, caso seja necessário agir para afastar o risco de algum político levantar, perante o Supremo Tribunal Federal, a tese de que a convocação da Constituinte é inconstitucional.

Favorável ao envio da mensagem pelo Executivo, Chiarelli disse que esta medida é "extremamente saudável".

— O Executivo — explicou — só pode propor a elaboração de uma nova Constituição para o País, uma vez que o Presidente não possui poder de veto ou sanção em relação à matéria, que será promulgada con-

forme a decisão tomada pela Assembleia Nacional Constituinte.

Chiarelli reconheceu, a existência de inúmeros problemas, destacando a forma de votação dos candidatos se serão avulsos ou se representarão os partidos políticos.

Além desta questão, ressaltou ser urgente encontrar uma fórmula para regular o funcionamento do Congresso após a eleição da Constituinte. Segundo Chiarelli, é preciso estabelecer se um mesmo Congresso disporá de dois foros de debates, ainda que a matéria ordinária fique restrita.

● A convocação da Constituinte dá cumprimento ao segundo item do documento "Compromisso com a Nação" da Aliança Democrática, mas a proposta deve ser objeto de um amplo debate, disse ontem o Ministro da Educação Marco Maciel.

— Como o Presidente Sarney é hoje executor do pacto político da Aliança Democrática, ao tomar esta iniciativa está honrando um acordo político e materializando os objetivos básicos da Nova República. Mas isto não evita um debate a nível de Congresso — afirmou o Ministro.

Maciel enfatizou a condição de líder político de Sarney, concordando integralmente com as duas linhas de ação já acionadas por ele: o pacto político e a convocação da Constituinte.

— Sarney estava certo quando defendeu em Goiânia a necessidade de um pacto político que melhor defina o projeto de consolidação das instituições democráticas e o tipo de modelo de desenvolvimento que deseja para o País. Isso passa por entendimentos políticos presididos por ele, Sarney. Ou seja, uma nova postura e atitude face a velhos problemas. Não seria outra a conduta do Presidente Tancredo Neves — salientou.

## Lyra: Importante é a convocação

RECIFE — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, considera um "detalhe irrelevante" se a Constituinte deve ser convocada por iniciativa do Presidente José Sarney ou se através da aprovação da Emenda Righi, pois o importante, "o substantivo", é a própria convocação da Emenda Righi, pois o importante, "o substantivo", é a própria convocação da Constituinte, uma promessa da Aliança Democrática e um desejo generalizado da classe política.

Ele acredita que está mais próximo o anúncio, por parte de Sarney, da comissão de alto nível encarregada de elaborar o esboço do anteprojeto de Constituição. A seu ver esta comissão não ficará subordinada nem a Presidência da República nem a seu Ministério embora seja atribuição deste fornecer a estrutura necessária para seu funcionamento.

Lyra diz não compreender por que tanta celeuma sobre o pacto político, pois, ao propor um pacto à Nação, Sarney manifesta o desejo de que seja negociado um cronograma consensual entre as lideranças políticas no Congresso, definindo todas as alterações a serem buscadas até a instalação da Assembleia Constituinte em 1987.

Ao reagir com ironia à afirmação do Governador Leonel Brizola de que a votação em dois turnos só teria sentido se houvesse simultaneidade entre a eleição do Presidente da República e a dos constituintes em 1986 — "Ele tem uma estratégia e o Governo, outra" — Lyra garante não ter conhecimento de que os Governadores do PFL são contrários à medida.

— Pelo que sei, eles eram contrários às eleições este ano para as Prefeituras, temendo o fracionamento da Aliança.



Após a missa, Dona Risoleta beija o irmão de Tancredo, Antônio Neves

## Presidente convida Arinos para debaterem a Comissão

O jurista Afonso Arinos recebeu ontem um telefonema do Ministro da Administração, Aluizio Alves, convidando-o, em nome do Presidente José Sarney, para um jantar dia 29, em Brasília, para conversarem sobre a formação da comissão que estudará o anteprojeto da Constituinte.

Arinos disse que só começará a trabalhar no projeto depois de ouvir a orientação de Sarney e de saber do Presidente da República "o que ele quer". Afirmou que a convocação da

Constituinte pelo Executivo é melhor porque uma resolução legislativa seria um processo moroso.

Recordou que todas as Assembleias Constituintes brasileiras foram convocadas pelo Executivo.

Durante a conversa com Aluizio, o jurista foi informado de que o Ministro já colocou a gráfica do Senado à sua disposição. Ele reclamou da falta de tempo — "Os jornalistas não me dão sossego" — para trabalhar em um documento que já tem mais de 100 páginas sobre a Constituinte.

## João Gilberto sugere que mensagem seja subscrita pelos três Poderes

BRASÍLIA — O Deputado João Gilberto (PMDB-RS), Relator-Geral da Comissão Interpartidária para reformas eleitoral e dos partidos, defendeu ontem a tese de que o ato convocatório da Constituinte, apresentado pelo Executivo e aprovado por dois terços do Congresso Nacional, deve ser subscrito pelos chefes dos três poderes.

Em sua opinião, a subscrição conjunta do Presidente José Sarney e dos Presidentes do Senado, José Fragelli, da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, daria muito mais legitimidade e representatividade ao ato convocatório.

João Gilberto disse que a convocação da Assembleia Constituinte (a partir da

posse do Congresso Nacional a ser eleito a 15 de novembro de 1986) não deveria ser por emenda constitucional, porque a Constituinte não deveria ser convocada dentro do texto constitucional que lhe é totalmente antagônico e que será por ela modificado.

Convocar a Constituinte por uma simples emenda e pressupondo limites nas alterações — há quem defenda que, no ato convocatório, deve ficar claro que os princípios da República e da Federação não devem ser mexidos —, segundo João Gilberto, será usar de direitos que já são inerentes ao Congresso Nacional atual, que pode modificar todo o texto constitucional, exceto estes dois pontos.

## PDS vai apoiar qualquer iniciativa. Desde que se antecipem as reformas

BRASÍLIA — O Líder do PDS na Câmara, Prisco Viana (BA), afirmou ontem que o partido apoiará qualquer emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, seja ela de iniciativa do Executivo ou do Congresso. Prisco recuou da posição assumida um dia antes, de apoio à emenda Gastone Righi (PTB-SP), e com isto contrariou o Deputado Paulo Maluf.

A posição anunciada pelo Líder do PDS revestiu-se de maior importância pois foi colocada no discurso que marcou a tribuna sua estratégia formal na oposição ao novo Governo. Para alguns parlamentares, ela pode ter sido encaráda pelas lideranças governistas como um compromisso.

## Righi ouve de Pimenta promessa de que Aliança examinará alternativas

BRASÍLIA — O Deputado Gastone Righi revelou ontem que o Líder do PMDB, Pimenta da Veiga, prometeu-lhe examinar com as lideranças da Aliança Democrática algumas alternativas para evitar confrontos em torno de sua emenda que confere atribuição de constituintes aos parlamentares eleitos em 1986.

Righi disse que ambos comentaram os itens de sua emenda, mas, alegando razões de ética, não quis informar quais as alternativas que Pimenta irá examinar.

so. Maluf, que estava no plenário, não comentou porém a afirmação de Prisco.

Este, no entanto, condicionou o apoio à emenda do Executivo a que a Aliança Democrática aceite antecipar reformas só previstas para a Constituinte. Neste contexto, incluiu a devolução das prerrogativas do Legislativo, e Reforma Tributária e o fim do decurso de prazo.

— Outros entulhos autoritários estão aí à espera de que nos entendamos politicamente para removê-los. Se formos preservar isso tudo para não esvaziar a Constituinte, vamos ter essa situação esdrúxula: o Governo civil da Nova República governando com instrumentos excepcionais.

Reiterou ainda que não está disposto a retirar a emenda de pauta, mas admitiu aceitar a supressão no plenário de alguns itens considerados imperfeitos pela Aliança Democrática.

Pimenta da Veiga, por sua vez, confirmou que se o Líder do PTB apresentar algumas alternativas está disposto a examiná-las. Reiterou porém a posição do PMDB de aguardar a emenda do Executivo.

## Goldman propõe votação única

BRASÍLIA — O Deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) requereu ontem à Presidência do Congresso, na sessão matutina, que seja suspensa a ordem do dia da sessão próximo dia 12, que prevê a votação de sua emenda e de emenda do Deputado Gastone Righi (PTB-SP) propondo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Para Goldman, como o Presidente José Sarney enviará mensagem nesse sentido, as duas emendas poderiam ser votadas na mesma sessão marcada para a apreciação da proposta do Executivo.

Segundo o Deputado, se as emendas forem submetidas ao Congresso no próximo dia 12 haverá uma sessão esvaziada. Goldman considerou a convocação da Constituinte como "o grande projeto político da Nova República" e julgou "lícito e lógico" que ela não seja uma iniciativa pessoal.

## Falcão: Coordenar é com Presidente

BRASÍLIA — O ex-Ministro da Justiça Armando Falcão afirmou ontem que, mais do que um direito, é obrigação do Presidente José Sarney coordenar a reforma da Constituição, incluindo nesta função o trabalho da comissão de alto nível encarregada de elaborar um trabalho preliminar à Constituinte.

— No regime presidencialista, o Presidente é o chefe político da Nação, o líder supremo. Ainda mais em um tema dessa magnitude, como a reforma da Carta, sua coordenação não é facultativa, é obrigatória — disse.

Quando ao pacto convocado por Sarney, o ex-Ministro entende que deve ser um acordo prévio entre as forças políticas, que impeça que a Constituinte soberana altere "valores nacionais", como o direito de propriedade, a República e a Federação. Sobre a comissão para preparar a reforma, Falcão disse que não deve ser grande, ao ponto de se transformar em uma "pré-Constituinte", nem restrita, de modo a perder sua representatividade.

## Sarney vai à Câmara, ao Senado e STF

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney dedicará o dia de hoje a visitas ao Itamaraty, Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal. Pela manhã, comparecerá à formatura dos novos diplomatas do Instituto Rio Branco e condecorará com a Ordem do Rio Branco Ministros, militares, intelectuais e Secretários-Gerais de Ministérios.

Após almoçar no Itamaraty, o Presidente voltará ao Palácio do Planalto, às 15 horas, para receber o Deputado João Alberto de Souza (PFL-MA), acompanhado de dirigentes sindicais do Estado. Sarney concederá audiência também ao Ministro — Secretário da Presidência da Nicarágua, Rodrigo Reyes. As 16 horas, visitará a Câmara e, logo em seguida, o Senado. As 17 horas irá ao Supremo Tribunal Federal.

## Comissão de Fiscalização é instalada

BRASÍLIA — Será instalada hoje, às 11 horas, no Senado, a Comissão de Fiscalização e Controle dos Atos do Executivo. O Presidente é o Senador Roberto Campos (PDS-MT).

A comissão, que terá 17 membros, poderá solicitar a convocação de Ministros e dirigentes da administração direta e indireta, requisitar documentos públicos, providenciar a efetuação de perícias e diligências e propor ao plenário providências cabíveis em relação aos resultados da avaliação.

Roberto Campos entende que a Comissão deverá ser de avaliação da eficiência dos órgãos do Executivo, evitando assumir o papel do Tribunal de Contas da União ou das Comissões Parlamentares de Inquérito.